

Proposta Curricular de Santa Catarina: abordagem histórico-política sobre sua constituição.

Juares da Silva Thiesen

Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

juares@ced.ufsc.br

José Raul Staub

Departamento de Educação do Centro Universitário Municipal de São José, São José, SC, Brasil

usj.raul@gmail.com

Wanderléa Damásio Maurício

Departamento de Educação do Centro Universitário Municipal de São José, São José, SC, Brasil

usj.wanderlea@gmail.com



Educação: teoria e prática, Rio Claro, SP, Brasil - eISSN: 1981-8106

Está licenciada sob [Licença Creative Common](#)

Resumo

O artigo apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa que analisa as implicações escolares decorrentes da implantação da Proposta Curricular na Rede Pública de Ensino de Santa Catarina - estudo em desenvolvimento no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. No texto, construído a partir de um trabalho exploratório, os autores descrevem e analisam a constituição histórico-política da Proposta Curricular em sua primeira fase de discussão e sistematização, no final da década de 80 e início dos anos 90. Para dar conta dessa tarefa teórica, o trabalho identifica aspectos da relação entre o contexto sociopolítico brasileiro e o

movimento educacional catarinense que deu origem à formulação da Proposta Curricular e destaca as implicações do pensamento curricular que, nos anos 80/90, hegemonizava os debates do campo no Brasil. No artigo, apresentam-se as primeiras conclusões dessa etapa de pesquisa, dentre as quais se destacam: a) que a motivação geradora do trabalho de formulação da Proposta Curricular teve forte relação com a realidade social e política do Brasil no final dos anos 80; b) que a formulação da Proposta não se inscrevia como pauta dos movimentos sindicais da época – ela se deu por iniciativa da própria Secretaria de Estado da Educação; c) que, embora os autores da Proposta tenham optado por uma concepção teórica bem definida, não houve aprofundamento sobre o campo da teoria curricular. Os argumentos apresentados no texto sustentam-se na literatura afim, em documentos oficiais e nos próprios cadernos que compõem a Proposta.

Palavras-chave: Proposta Curricular. Estado. Educação. Política.

Curricular Project in Santa Catarina, Brazil: historical-political approach on its development

Abstract

The article presents the first results of a research which analyzes the scholastic implications resulting from the implementation of the Curricular Project in the public school system of Santa Catarina – a study in progress at the Center of Education of the Federal University of Santa Catarina – UFSC. In the text, developed through an exploratory work, the authors describe and analyze the historical-political development of the Curricular Project in its first stage of discussion and systematization, in the late 80's and early 90's. To be able to accomplish this theoretical task, the work done identifies aspects of the relationship between the social and political context in Brazil and the scholastic movement of Santa Catarina which originated the formulation of the Curricular Project and highlights the implications of curricular thought that, in the 80's and 90's applied its hegemony on

the discussions of this field in the country. In this article, the first conclusions of this stage of the research are presented, among which the following deserve special attention: a) the motivation which generated the formulation of the Curricular Project had a strong relationship with the Brazilian social and political reality in the late 80's; b) the formulation of the Project was not included as a topic for discussion in the syndical movements of that time – it happened due to the initiative taken by the Secretaria de Estado da Educação (State Office of Education); c) even though the authors of the Project made a choice for a well defined theoretical conception, there was no deepening about the field of curricular theory. The arguments presented in the text are supported by the literature, in official documents, and even in the books that constitute the Project themselves.

Key words: Curricular Project. State. Education. Politics.

1. Introdução

Que relações se podem estabelecer entre o movimento que ao final dos anos 80, marcou a formulação de uma Proposta Curricular para a Educação Básica da Rede Pública de ensino em Santa Catarina e o movimento histórico-político mais amplo que vivenciou a sociedade brasileira e catarinense nesse mesmo período? E, quais razões de natureza política e pedagógica justificam a opção do Governo por uma proposta de currículo sustentada em pressupostos da teoria marxista e da abordagem histórico-cultural para implantação como política curricular em uma rede pública de ensino que, a princípio, possuía pouca identificação com essas concepções?

É essencialmente sobre essas questões que se pretende realizar a reflexão com o texto que apresentamos a seguir, como recorte de uma pesquisa acadêmica intitulada: *“Implicações, na prática educativa das escolas públicas de Santa Catarina, decorrentes da implementação da Proposta Curricular: avaliação do processo na ótica dos educadores da Rede”*- estudo em andamento no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC.

Porém, antes de se discutir os aspectos centrais dessa problemática é necessário que se faça uma breve contextualização da trajetória que marca o trabalho de organização, discussão, sistematização e disseminação da Proposta Curricular de Santa Catarina - um trabalho de governo que foi coordenado pela Secretaria de Estado da Educação a partir de 1988, que contou com a participação de expressiva parcela dos educadores da Rede e que teve por objetivo a formulação de diretrizes curriculares para o sistema estadual de ensino.

A trajetória é marcada pela publicação (?) de um conjunto de cadernos disponibilizados na seguinte ordem cronológica: dos textos produzidos entre 1988 e 1991 resultou a primeira publicação em 1991 com o título “Proposta Curricular de Santa Catarina: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º e 2º graus e de educação de adultos”. O caderno contemplou a apresentação dos pressupostos filosóficos e metodológicos, os conteúdos programáticos para os componentes curriculares e as concepções de avaliação.

Uma segunda etapa de discussão teve início em 1995, culminando em 1988 com a publicação de três outros cadernos respectivamente intitulados: “Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - disciplinas curriculares, Caderno 2: Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: formação docente para educação infantil e séries iniciais. Caderno 3: Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - temas multidisciplinares. Nessa etapa o objetivo foi aprofundar as questões teóricas relacionadas com as áreas de conhecimento e agregar novas contribuições no âmbito das áreas de conhecimento.

Em 2001 houve uma nova rodada de discussão que resultou na edição de mais um caderno intitulado: “Diretrizes 3: organização da prática escolar na Educação Básica”. Com menos densidade, o trabalho se resumiu em organizar os conceitos essenciais propostos para cada componente curricular e definir um conjunto de competências e habilidades para cada série e disciplina.

A discussão sobre a Proposta foi retomada novamente em 2003, resultando na publicação de mais um caderno intitulado: “Estudos Temáticos” que contemplou um conjunto de textos com abordagens teórico-metodológicas para as temáticas:

educação e infância, alfabetização com letramento, educação e trabalho, educação de trabalhadores, ensino noturno e educação de jovens.

Note-se que as fases de aprofundamento da discussão coincidem com períodos de mandatos políticos quando as equipes de governo e de coordenação da Secretaria de Educação incluem o trabalho de discussão da Proposta em seus planos de ação. Importante observar que a formulação da Proposta Curricular aparece no texto de vários Planos de Governo¹. Interessante observar que mesmo no Governo de Esperidião Amin (1999-2002) – considerado um mandato de direita, não houve interrupção nos trabalhos de discussão, sistematização e disseminação da Proposta.

Interessa particularmente, nesta fase da pesquisa, que se identifiquem aspectos histórico-políticos que marcaram a época em que se iniciou o processo de discussão da Proposta Curricular e as implicações desses campos na educação durante o período de formulação de sua primeira versão entre 1988 e 1991. Por essa razão, propõe-se uma reflexão centrada na análise da relação entre esses movimentos mais amplos da sociedade brasileira dos anos 80 com a área da educação catarinense e particularmente com o campo do currículo.

Assim, objetiva-se analisar esses movimentos em três perspectivas distintas, quais sejam: a) apontar contradições que marcaram a relação entre o campo político e a educação durante o período de formulação da primeira fase da Proposta; b) destacar o alcance político do trabalho de discussão e formulação da Proposta e; c) caracterizar aspectos das teorias curriculares que influenciaram a opção pela concepção adotada na Proposta.

Para a formulação desta etapa do trabalho, considerada metodologicamente como um estudo exploratório, utiliza-se como procedimentos de pesquisa, essencialmente, a análise de textos acadêmicos e de pesquisas que contemplam a temática, além de documentos oficiais e os cadernos da Proposta Curricular.

O texto, na sua especificidade, busca ainda que parcialmente, responder um dos objetivos específicos da pesquisa, qual seja: “Analisar teoricamente o processo de

¹ Nos Planos de Governo de Paulo Afonso E. Vieira (1995-1998) e de Luiz Henrique da Silveira (2003-2006 e 2007-2010) há registro sobre elaboração de diretrizes curriculares para a Rede Estadual de Ensino

organização, discussão, sistematização, socialização e implementação da Proposta Curricular como trabalho coletivo construído ao longo da trajetória”.

Aspectos da relação entre o campo histórico-político brasileiro e o movimento educacional que deu origem à formulação da Proposta Curricular em Santa Catarina.

Os anos 80 em Santa Catarina foram efervescentes do ponto de vista político e educativo, assim como foram intensos os movimentos em outros espaços do território brasileiro, sobretudo em razão da chamada abertura política que culminou com a promulgação da Constituição de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

Os reflexos do momento político brasileiro, a partir da segunda metade da década de 80, evidenciam-se na educação, à medida que o processo de redemocratização se efetiva nos diversos segmentos da sociedade sob a égide de princípios e valores combatidos no regime de exceção. No âmbito da educação, em face da promulgação da carta constitucional de 1988, as mudanças se fazem necessárias, abrangentes e urgentes diante do contexto sócio-político do país e de alguns países do leste europeu.

Dentre as pautas que ocuparam centralidade no debate nacional estava a reconstrução e o fortalecimento da democracia e com ela a renovação da vida política, a ampliação dos espaços de participação dos movimentos sociais e o acirramento das lutas dos trabalhadores que reivindicavam melhorias nas condições de vida e de trabalho. Os aspectos fundantes da mobilização social eram respectivamente o conflito de classes, expressado na relação capital-trabalho e o regime autoritário instalado em praticamente todas as instituições brasileiras. No Brasil, via-se o fortalecimento de um modelo desenvolvimentista iniciado na década de 50 e que assimilava bem as demandas econômicas externas, agora investidas do discurso da democracia burguesa.

O que, de fato, se estabelecia como disputa no campo político-econômico era, por um lado, a tentativa de manutenção do *status quo* pela classe hegemônica sustentada no modelo capitalista burguês e por outro a reivindicação dos movimentos

sociais que buscavam nos princípios da teoria marxista e nos ideais socialistas os argumentos para a mudança. Estava, portanto, na *luta de classes* o epicentro da efervescência histórico-política brasileira.

É na perspectiva da mudança, sobretudo, no ideário do chamado *eurocomunismo*², que se destacam, tanto no contexto brasileiro como em diversos outros países *do sul*, as pautas mais específicas como redemocratização, participação, universalização de direitos, liberdade de expressão, cidadania e muitas outras.

É, pois, no ideário marxista que os partidos de esquerda e centro-esquerda brasileiros, nesse período, se fortalecem. Apesar das diferenças e das dificuldades de convivência entre PT e PCB (dois partidos que a hegemonizaram), suas lideranças intelectuais, estudantis, sindicais e dos movimentos sociais cumprem importante papel na discussão e disseminação das propostas de transformação social com vistas ao socialismo.

No campo da educação, a década de 80 foi marcadamente um período de lutas que se acirraram no debate em torno das duas matrizes político-ideológicas: de um lado, um liberalismo que se globalizava pela reconfiguração do sistema econômico capitalista e que traz na sua agenda a internacionalização das políticas educacionais baseadas na equidade, eficiência e qualidade e de outro os movimentos de esquerda e centro-esquerda que, associados aos movimentos mais populares e sindicais, sustentados nas orientações das chamadas teorias críticas³, mobilizam-se em defesa de uma escola pública única e gratuita.

A literatura que passa a circular com força no interior desses movimentos é a de base marxista, sobretudo a de Althusser (1974), Bourdieu e Passeron (1975), Baudelot e Establet (1976) e Illich (1973), inclusive. As contribuições de Paulo Freire também ganham destaque nos debates do campo da educação, tanto no âmbito acadêmico quanto nos demais espaços da luta social. Todavia, é nas contribuições de

² O eurocomunismo foi uma vertente da ideologia e da teoria comunista surgida entre os partidos comunistas dos países da Europa Ocidental, particularmente Itália, França e Espanha, na década de 1970. Criticado como revisionista pelos comunistas ortodoxos ou saudado como alternativa ao stalinismo pelos admiradores, o eurocomunismo apresentou-se como uma versão democrática da ideologia comunista, buscando uma "terceira via" entre a social-democracia clássica e os regimes comunistas então implantados no Leste europeu e estruturados em torno da burocracia do partido único.

³ Entende-se como teorias críticas as correntes de pensamento de base marxista que têm por finalidade a transformação do modelo econômico-social capitalista.

Antônio Gramsci (1978) que as propostas dos educadores brasileiros buscam maior referência.

A maior abertura política do país, a partir do início dos anos de 1980, alargou as possibilidades de manifestações sociais em favor da escola pública, dando impulso às críticas aos limites das teorias de que a instituição educacional cumpria o simples papel de reprodução social e cultural. Nesse contexto, as reflexões de Gramsci sobre o Estado e a escola passaram a constituir uma importante referência para criticar a ideia de que a educação e a cultura, estando na “superestrutura”, eram mecanicamente determinadas pela estrutura econômica. Ao contrário das tendências então dominantes, Gramsci conferia à educação e à cultura uma importância que estas jamais desfrutaram no pensamento socialista. (DORE, 2006, p. 335)

Na perspectiva dos movimentos que reivindicam mudanças, destacam-se pautas como: democratização da gestão, reformas curriculares, ampliação da escolarização, participação dos movimentos sociais nos processos decisórios da política educacional, educação popular, alfabetização, etc. Essas pautas estão diretamente relacionadas com a luta pela valorização do magistério e dos profissionais da educação.

Segundo Rosemary Dore (2006), a apresentação de propostas a partir de uma perspectiva socialista ocorre durante a década de 80, quando se intensificam os movimentos pela redemocratização do país, no final de uma ditadura militar que se mantém durante vinte anos. Dore destaca que elas começaram a surgir, sustentadas, sobretudo, nas reflexões de Antonio Gramsci e contribuíram para formular projetos em defesa da educação pública e de qualidade para todos. Nesse período, enquanto o referencial gramsciano passou a orientar projetos para a escola pública e pesquisas em educação, as teorias da escola como aparelho de reprodução de Louis Althusser (1974) entraram em declínio.

É, pois, com o italiano Gramsci e com os demais pensadores soviéticos da psicologia social tais como: Vygotski, Lúria, Leontiev, Wallon, Galperin e outros que surgem as primeiras formulações no campo da política curricular em alguns dos

estados brasileiros⁴, incluindo Santa Catarina⁵.

No Brasil, nos anos 80, pelo processo de abertura política e redemocratização da sociedade, todos os Estados da federação se imbuíram do propósito de elaborar suas propostas curriculares, buscando uma nova relação com os conteúdos e os saberes. Com a organização da sociedade civil que buscava a educação como um direito do cidadão pautando-se nos propósitos progressistas, reivindicava-se escola para todos, de boa qualidade e que atendesse, também, aos menos favorecidos. (PAIM, 2007, p. 108)

Estimulados pelos movimentos da ação política em âmbito nacional e pela emergência do debate educacional em torno da transformação social, alguns governantes de esferas estaduais, eleitos com apoio popular⁶ fazem opção por propostas educacionais de base crítica buscando fundamentos filosóficos no materialismo histórico e dialético e na abordagem histórico-cultural, valorizando, inclusive, as contribuições de Paulo Freire e da pedagogia histórico-crítica que no início dos anos 80 aparecera com o nome de *pedagogia crítico-social dos conteúdos*⁷.

Na interpretação de Peres, (2008, p. 15), a Proposta Curricular de Santa Catarina surge no contexto de redemocratização política no Brasil (final de década de 1980) num movimento de discussão educacional, mesmo de forma reprimida e clandestina, já existente no fim da ditadura militar (1964-1985) em âmbito nacional.

⁴ Alguns Estados brasileiros que iniciaram a formulação de propostas curriculares nesse mesmo período: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais. (PAIM, 2007, p. 22)

⁵ Paim (2007, p. 108) registra que o Estado de Santa Catarina promoveu uma reforma curricular pautada na busca da restauração da democracia nas relações sociais, bem como na organização dos conhecimentos considerados relevantes para sua construção. Para isso, desenvolveu uma metodologia que requeria a participação dos envolvidos no processo educativo (alunos, pais e professores), em que se salientava a importância de conhecer a realidade e os saberes de cada sujeito da educação. Portanto, evocava a sua história, seus valores, para se aproximar dos conteúdos que normatizam a escolarização, na intenção da produção de um novo consenso sobre quais conhecimentos deveriam permanecer ou quais deveriam ser alterados na Proposta Curricular do Estado.

⁶ As eleições para governos estaduais realizadas em 1986 deram, nos estados membros, uma vitória massiva a grupos políticos com perfil de centro-esquerda. Isso possibilitou o acesso a cargos governamentais, em grande parte dos estados brasileiros, de professores que eram partícipes das discussões educacionais a partir do pensamento histórico-cultural. O movimento dos educadores por uma nova perspectiva curricular, portanto, encontrou eco nas instâncias oficiais dos governos estaduais de então, fazendo com que a maior parte do país trabalhasse novas propostas curriculares, com apoio oficial, no período entre 1987 e 1991. Foi nesse âmbito que se elaborou a primeira edição da Proposta Curricular de Santa Catarina, que foi resultado da discussão e de estudos sistemáticos realizados sob a coordenação da Secretaria de Estado da Educação, entre 1988 e 1991, momento em que pretendeu dar ao currículo escolar catarinense uma certa unidade a partir da contribuição das concepções educacionais derivadas desse marco teórico (SANTA CATARINA, 1998, p. 12).

⁷ A Pedagogia Histórico-Crítica situa-se no quadro das tendências críticas da educação brasileira. Essa pedagogia, que se firma a partir de 1979, tem por objetivo “compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo” (SAVIANI, 2005, p. 88)

Esse momento de discussão coincide, na história da educação brasileira, com os embates teóricos, no contexto de reivindicações entre os educadores por propostas educacionais alternativas, devido às resistências contra a pedagogia vigente.

A explícita relação entre a opção educacional em Santa Catarina e o movimento histórico-político mais amplo da vida brasileira está posta, inclusive, em um dos cadernos da Proposta que assim expressa:

O pensar da educação numa ótica histórico-cultural, no Brasil, nas últimas décadas, está fortemente marcado pela compreensão da ligação da educação com a política e da conseqüente importância da educação das camadas populares como um dos caminhos para a criação de uma nova hegemonia, ligada aos seus interesses. Esse pensamento, num espaço muito curto de tempo, passou da clandestinidade a uma legitimidade institucional (SANTA CATARINA, 1998, p. 12).

Para Peres (2008, p. 17), as discussões em torno da Proposta Curricular de Santa Catarina iniciam-se neste contexto de debates sobre a educação. A formulação do documento iniciou-se pelos estudos do pensamento histórico-cultural, compreendido como uma ligação entre a educação e a política, constituindo um caminho para a educação das classes populares na criação de uma nova hegemonia que contemplasse seus interesses.

Todavia, é preciso destacar que o movimento político-educacional que dá origem à Proposta Curricular não tem foco apenas na dimensão curricular e que essa iniciativa do Governo do Estado, adotada a partir de 1988, não encontra total respaldo entre os educadores, sobretudo, nos ambientes sindicais e nos movimentos populares.

Vale lembrar que no cenário catarinense, desde o início da década de 80, emergiam outros temas relacionados com educação considerados estratégicos para o fortalecimento do movimento sindical. Temas como: formulação do Plano Estadual de

Educação⁸, municipalização da educação, privatização, gestão democrática, financiamento da educação e valorização salarial dos trabalhadores em educação, foram os que mais se destacaram.

O tema do currículo não aparecia como reivindicação de primeira grandeza no meio sindical. A mobilização, como já se frisou, estava centrada em outros problemas e, naquele momento, a formulação do Plano Estadual de Educação parecia ser a alternativa mais interessante, já que nele se buscava o alcance dos demais objetivos. Campos (2004, p. 64) observa que a necessidade de revisão ou de reformulação curricular para a rede de ensino não figurava no conjunto das reivindicações feitas durante as décadas de 80 e 90 ao Governo do Estado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC - SINTE.

Esse mesmo autor (p. 50) destaca que, em Santa Catarina, o governador Pedro Ivo Campos (1988-1991) formulou uma Proposta Curricular bem diferente da que estava sendo organizada em outros estados (...). Ela se deu num momento de desconforto do magistério público estadual em relação à forma autoritária que esse governo implantava suas propostas, pois, segundo ele, citando Daros (1999, p. 01), “logo após o início do governo Pedro Ivo foi organizada uma greve do magistério estadual juntamente com o funcionalismo público em geral que durou dois meses. As

⁸ O processo de construção do documento “Democratização da Educação: opção dos catarinenses - Plano Estadual de Educação 1985-1988” ocorreu após o movimento grevista dos professores, em 1983, que reivindicava sua participação efetiva na formulação da política educacional catarinense. A mobilização das comunidades escolares em torno da construção do Plano Estadual de Educação, de 1985 a 1988, foi chamada de democratização da educação, a qual desencadeou um processo que consistia inicialmente em reuniões desenvolvidas nas escolas, através da metodologia de trabalho de grupo. (PAIM, 2007, p.97). Quanto ao conteúdo sobre currículo contemplado no Plano Estadual, na página 28 encontra-se: [...] currículo e programas inadequados à realidade, defasados no conteúdo, elaborados autocraticamente, não condizente com a realidade do educando, nivelados pelos mais fracos, não atendendo às necessidades dos médios e fortes, alienantes e teóricos. Os currículos atualmente apresentam, ainda, como características: estão voltados para o materialismo e individualismo, não valorizando as disciplinas humanizantes; mostram um desinteresse pelos assuntos sociais da comunidade, não atendendo às aspirações, necessidades e realidades da clientela; estão presos a conteúdos teóricos, sem preocupação com a prática e sem objetivos claros, inadequados à realidade dos alunos das zonas urbanas e rurais; ausência de um referencial teórico, em nível de Educação; desvalorização do aspecto fundamental do homem. Por tudo isso a escola apresenta-se como aparelho ideológico do estado; em nosso contexto, está a serviço do capital. Abordagens curriculares centradas no conteúdo sem a conotação sociológica, reflexiva e crítica que compete à Universidade, colaborando desta forma para mascarar as disfunções do sistema, e os currículos inadequados de 1º, 2º e 3º graus, quanto às necessidades atuais da comunidade, evidenciam que a Educação não é sentida, na prática, como prioridade. (SANTA CATARINA, 1984, p.28)

péssimas condições salariais dessa categoria exigiram que fosse aplicado o famoso “gatilho salarial” que o estado, na época, deixou de pagar”.

Para Costa (2001, p. 32) o Governo do Estado implantou uma Proposta Curricular procurando dar aparência de um processo democrático com a participação dos professores. Na mesma perspectiva, Paim (2007) destaca que foram realizados seminários regionais por iniciativa da Secretaria de Educação, em que os professores, sem maiores reflexões sobre as discussões educacionais, deveriam elaborar a Proposta Curricular e que essa foi a estratégia participativa adotada pelo PMDB catarinense que, na aparência e na teoria, contava com o envolvimento e a participação de todos os professores procurando evidenciar seu caráter democrático.

Auras (1995, p.74) também considera as contradições que marcam a iniciativa do governo na formulação da Proposta Curricular. Para ela, a gestão de Pedro Ivo passou ao largo do patrimônio histórico de seu partido de resistência ao estado autoritário e do avanço da luta pela construção de uma sociedade democrática. Cassou os diretores de escola eleitos, restaurando o expediente da nomeação, entendendo-os como “ocupantes de cargo de confiança” do governador e eliminou a possibilidade de criação do Conselho Deliberativo nas escolas.

A ausência dessa pauta também se faz perceber nos estudos realizados por pesquisadores que discutiram a política educacional em Santa Catarina nesse período, dentre eles: Souza (1996), Auras (1995), Amorim (1995) e Campos (2004) os quais apontam e analisam as principais reivindicações dos movimentos sindicais e populares sem praticamente se referir à necessidade de uma Proposta Curricular para a rede. Como se pode observar na literatura, a decisão do Governo do Estado de implantar uma Proposta Curricular passou um tanto despercebida nos movimentos dos educadores. Os autores que fazem referência à Proposta a destacam, sobretudo, por sua contradição em relação ao contexto político. A contradição apontada pelos educadores mais ligados aos movimentos populares e sindicais foi a de que um governador autoritário e conservador com Pedro Ivo Campos⁹ não teria legitimidade suficiente para propor e sustentar uma política curricular democrática e

⁹ Segundo Moacir Pereira (2006), o Governador Pedro Ivo Campos, em razão de sua formação militar, era geralmente rotulado como um “coronel” tanto por alguns correligionários políticos quanto pelos opositores.

transformadora. Portanto, a contradição estaria na discrepância entre a concepção que fundamentaria a Proposta e a postura antidemocrática¹⁰ adotada pelo Governador em relação à categoria do magistério público.

A literatura que discute os movimentos políticos e educacionais desse período, quando registra aspectos do movimento em torno da formulação da Proposta, destaca não somente o sentimento de desconfiança dos educadores em relação à postura política do governador Pedro Ivo¹¹. Costa (2001), Paim (2007), Daros (1999), Pereira (2006) e Amorim (1995) em seus estudos destacam as dificuldades de relação entre a categoria do magistério e o Governador num período marcado por greves, acusações e confrontos. A desconfiança sobre o caráter democrático do governo ficou ainda mais acentuada quando da decisão de Pedro Ivo em romper com a proposta de eleições diretas para diretores de escola e com a criação dos Conselhos Deliberativos.

Conclui-se, portanto, que a formulação da Proposta Curricular foi uma iniciativa do Governo que em primeiro plano buscou responder suas demandas político-programáticas sem a participação efetiva dos movimentos sociais e sindicais que, naquele momento, em Santa Catarina, possuíam outras reivindicações.

Implicações do pensamento curricular na opção por uma diretriz de base marxista em Santa Catarina.

O trabalho coordenado pela Secretaria de Estado da Educação a partir de 1988 que dá origem a (à) formulação da Proposta Curricular de Santa Catarina, além de representar uma resposta às demandas políticas e sociais exigidas pelos grupos progressistas e pelos movimentos sociais e de classe que reivindicavam mudanças na educação, sinalizou favoravelmente para outro movimento político-ideológico também

¹⁰ Sobre a postura política de Pedro Ivo, Ana Maria Borges (1996), em sua dissertação de mestrado, assim se expressa: “o governador do Estado põe em evidência suas “divisas de coronel” desde o início da mobilização (dos professores), adotando práticas coercitivas conhecidas de governos anteriores e outras mais próprias do período de exceção.(...) Esse governo continua sendo de poucos e, assim, tem necessidade de expressar todo o seu autoritarismo como instrumentos capazes de fazer calar o cortejo dos excluídos. (...) Equivocadamente assume que governar é atribuição exclusiva do eleito, apesar do mote de sua campanha eleitoral ter sido: “Você decide, Pedro Ivo realiza”. (p. 49-50).

¹¹ O Slogan do governo de Pedro Ivo 1988 -1991 era: “Vamos governar juntos”.

importante que tem a ver com a emergência do pensamento curricular crítico fortemente ascendente no Brasil a partir dos anos 80.

Os Curriculistas Tomaz Tadeu da Silva (1995 e 2004), Antônio Flávio Barbosa Moreira (2005), Alice Lopes e Elisabete Macedo (2002), nos textos que apresentam o pensamento curricular no Brasil, registram que apenas na década de 80 com o início da redemocratização e o enfraquecimento da Guerra Fria, a hegemonia do referencial funcionalista norte-americano no campo da educação foi abalada. Nesse período ganham força, no pensamento curricular brasileiro, as vertentes marxistas.

O marxismo passou a ser referência teórica nos diferentes espaços onde a contestação e a crítica ao modelo vigente eram manifestadas. Associada às contribuições de Marx, a teoria crítica da Escola de Frankfurt alcança as universidades, os movimentos sociais e sindicais, os partidos de esquerda e centro-esquerda e, em alguma medida, as escolas. Parte da produção científica passa a ser dedicada a discutir o marxismo e suas implicações na educação. Nesse mesmo campo, vários textos de outros autores começam a circular nos ambientes acadêmicos, na rede de ensino e nos movimentos. Ao final dos anos 80, são marcadamente presentes no Brasil, além de textos de Marx e Engels, obras de Althusser, Gramsci, Bourdieu, Passeron, Lukacs, Baudelot e Establet, além de outros autores ligados à Nova Sociologia da Educação.

No campo do currículo, nesse período, a teoria crítica assume a hegemonia como pauta e passa a ser referência tanto no âmbito da produção teórica quanto da política curricular. Autores também ligados à Nova Sociologia da Educação como Apple, Giroux e Young passam a ter grande influência sobre a produção curricular brasileira. Destaque-se que essa literatura foi, naquele primeiro período, fortemente associada às contribuições de Paulo Freire e de educadores que discutiam a teoria crítica na perspectiva da pedagogia crítico-social dos conteúdos.

É, pois, sobre essa matriz teórica, bastante ampla, que os gestores da Secretaria de Educação e alguns educadores da Rede Pública em Santa Catarina buscam inspiração para o movimento que dá origem à Proposta Curricular¹².

¹² Paim (2007), em sua Tese de Doutorado sobre a Proposta Curricular de SC, faz uma análise intensiva sobre os primeiros documentos em forma de jornais publicados entre 1989 e 1991 transformados no primeiro caderno de 1991.

Silva (2006, p.4824) aponta que nos estudos sobre currículo nesse período, duas grandes linhas de pesquisa se delinearam: (i) o currículo com ênfase nos conteúdos, que ficou conhecido como pedagogia crítica dos conteúdos e (ii) o currículo com ênfase nas experiências de lutas da classe trabalhadora, que alguns denominam genericamente, sem uma análise de seus pressupostos, de educação popular¹³.

A primeira linha parte do pressuposto de que a emancipação da classe trabalhadora decorre, entre outras formas, do domínio da herança cultural. Gramsci (1891-1937), defensor da escola socialista, por ele denominada escola única ou unitária, constituiu o suporte teórico das denúncias ao currículo e de propostas alternativas de muitos educadores que se posicionavam a favor de um currículo voltado à formação da classe trabalhadora.

Já na segunda vertente, as propostas curriculares estão voltadas para a apreensão da história da classe trabalhadora e de suas experiências emancipatórias. A organização de experiências pedagógicas volta-se para a formação de indivíduos cooperativos, solidários e portadores de uma utopia em contraposição ao espírito competitivo, individualista, alienado e consumista típico do modelo capitalista de produção.

Argumentando sobre a diferença entre as duas vertentes do pensamento marxista no campo do currículo e acentuando a influência do pensamento de Gramsci no Brasil, Silva (2006, p.4824) destaca:

Os teóricos desta linha concebem, como Gramsci (1968:118), que “a escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda vida social. O princípio unitário, por isso, refletir-se-á em todos os organismos de cultura, transformando-se e emprestando-lhe um novo conteúdo”. Segundo os autores desta linha a classe trabalhadora deve dominar o saber da classe dominante, como estratégia de luta. Por isso, advogam que o currículo deva enfatizar tanto os conhecimentos clássicos como os conhecimentos profissionais. A consciência de classe passa a ser o núcleo pedagógico central da organização do currículo, porém, incorporando os avanços e conquistas técnicas e

¹³ Antônio Flávio Barbosa Moreira (1990) discute as diferenças de concepção entre os conteudistas da pedagogia crítico-social e os adeptos da educação popular no campo do currículo.

científicas da escola burguesa. Não obstante, a apropriação do conhecimento universal, da herança cultural não deve se fazer de forma individualizada como na escola burguesa ou capitalista, mas orientada pela solidariedade de classe sem o caráter competitivo.

Uma análise atenta aos cadernos da Proposta Curricular e à literatura correlata permitiu constatar que em Santa Catarina a opção contemplou, em vários aspectos, as duas linhas, ainda que visivelmente se perceba que os textos tenham dado maior ênfase ao pensamento gramsciano¹⁴. Essa hibridização pode se identificada pela evidente aproximação entre a pedagogia libertadora de Paulo Freire, a pedagogia histórico-crítica, as formulações gramscianas e a abordagem histórico-cultural, aspecto que fica demonstrado, inclusive, nas referências que acompanham os textos, os quais incluem obras relacionadas com Paulo Freire, Saviani, Libâneo, Gramsci e Vygotsky.

Do ponto de vista de suas finalidades a Proposta buscou conciliar interesses manifestados nas duas vertentes do pensamento curricular crítico. Afinada com as teses de neomarxistas como: Gramsci, Apple e Young, defendeu a apropriação de conhecimentos científicos, universais e objetivos que deveriam ser dominados por todos e, sintonizada com os pressupostos da educação popular, buscou destacar a importância dos processos de conscientização e emancipação das camadas populares.

Desse modo, a Proposta encontrou sustentação tanto na nova sociologia da educação onde o currículo é analisado pela ótica de sua constituição sociológica e histórica centrado na análise de categorias como ideologia, poder e classe social, quanto na abordagem da educação popular pela introdução de temas como conscientização política, emancipação, cultura popular, luta e resistência. Embora não tenhamos encontrado na literatura uma explicitação objetiva sobre as razões dessa opção teórica, identificamos, nos documentos da Proposta Curricular, argumentos que sinalizam para alternativas eminentemente políticas que buscavam, naquele momento, atender aspirações dos movimentos de esquerda e centro-esquerda.

¹⁴ Textos de Gramsci que influenciaram fortemente na elaboração dos primeiros textos da Proposta: Os intelectuais e a organização da cultura (1989), Concepção dialética da história (1978) e Cartas do cárcere (1978).

Considerações finais

O processo no qual se situa a primeira experiência de formulação de uma política curricular para a rede pública em Santa Catarina, como se fez referência, inscreve-se num movimento mais amplo que envolve perspectivas pedagógicas, questões de natureza sócio-política, orientações do campo programático da gestão de governo e implicações próprias do campo do currículo e da teoria curricular. Nesse sentido, entendemos que tanto a compreensão histórico-política do movimento que deu origem à Proposta, quanto a explicitação sobre seu significado enquanto ação educativa para uma rede de ensino, encontram maior significado quando analisadas as relações entre essas perspectivas e suas implicações com outras esferas que compõem a vida social – exercício este que se busca fazer durante o presente texto.

A literatura que discute a educação em Santa Catarina nos anos 80 mostra que a Proposta Curricular, do ponto de vista pedagógico, buscou, em sua primeira etapa, apresentar uma resposta à evasão e aos baixos índices educacionais registrados na Rede Estadual¹⁵. Nesse âmbito ela é fortemente reformista (na concepção de Apple), já que, centrada em resultados objetivos, propôs, inclusive, listas de conteúdos programáticos¹⁶, o que revela seu caráter prescritivo, didatizado e modelado de currículo.

Do ponto da gestão política, a Proposta acatou a programação contida no *Plano de ação 1988-1991* do governo Pedro Ivo Campos, no qual foram apresentados os programas e os projetos de gestão e, a partir dele, elaborado o Plano de Ação da Secretaria de Educação onde a reformulação curricular aparecia como uma das proposições. Desse modo, os objetivos pedagógicos da Proposta convergiram com as metas programáticas do governo as quais incluíam a melhoria da qualidade do ensino como objetivo principal.

¹⁵ Peres (2008) registra que o documento da Proposta Curricular de 1991 aponta a reorganização curricular como um dos “grandes desafios” para a educação do Estado de Santa Catarina. O objetivo central do documento é superar os déficits de evasão escolar mediante a melhoria na qualidade de ensino. Tal objetivo justificaria a redefinição do papel da escola e de sua função social.

¹⁶ Paim (2007) destaca que a estrutura dos textos dos componentes curriculares e disciplinas apresentou a seguinte ordem: Pressupostos filosóficos e metodológicos e conteúdos programáticos dispostos em ordem crescente do pré-escolar ao 2º grau organizados por temas, unidades, o que ensinar, tópicos, blocos. (p.37)

Outro aspecto importante que este estudo revela é que no âmbito político-programático a Proposta Curricular alcançou grande repercussão, sobretudo em seus primeiros anos de formulação e implantação. Sustentada por um discurso com ampla aceitação na Rede, seus autores, coordenadores e consultores a disseminaram em praticamente todo o território estadual por intermédio de teleconferências, eventos de formação continuada, seminários, publicações correlatas aos cadernos dos textos originais, além de outras formas. Na sua primeira fase, a Proposta alcançou todas as escolas e praticamente todos os profissionais da educação que pertenciam à Rede Pública Estadual, atingindo, inclusive parte significativa das redes municipais de educação. Os tons da transformação social, da apropriação do saber científico e universal, da formação da consciência crítica e da concepção dialética, tiveram alta ressonância na Rede, ainda que a compreensão do conteúdo dos textos continuasse sendo um grande desafio para os professores.

No âmbito da concepção teórica assumida pela Proposta, o aspecto que chama atenção, sobretudo quando se analisa os conteúdos de seus cadernos, é a superficialidade do debate no que se refere à análise das contradições do sistema capitalista e do caráter reprodutivo da escola moderna, temas estes consistentemente abordados pelo materialismo histórico e pela teoria crítica do currículo. Embora os textos destaquem a necessidade de transformação social como superação das condições de exploração, marginalização e exclusão, falta-lhes maior questionamento sobre os determinantes econômicos e políticos da sociedade capitalista e de que modo as escolas produzem e reproduzem ideologicamente as relações sociais de dominação, poder, classe e hegemonia. Essa limitação da Proposta é fortemente apontada por Peres (2008, p 83-5) que em sua pesquisa acadêmica destaca:

O conteúdo norteador do documento apresenta como limite, a não explicitação das implicações da atual forma de produção capitalista na direção, no sentido e nas intenções das condições concretas de efetivação das atividades humanas. (...) ausência de problematização das estruturas sociais que promovem o quadro de marginalização e excludência na sociedade. (...) as abordagens do Documento pressupõem a *naturalização do capital*, ou seja, suas bases não são questionadas, muito menos problematizadas, deixando claro que o sistema social funciona bem, todos os indivíduos são livres, possuem liberdade de escolha de oportunidades. Logo, se existem problemas sociais, eles devem estar localizados no âmbito dos indivíduos, quer dizer, esses precisam mudar seus comportamentos e

desenvolver novas atitudes e habilidades que os enquadrem “adaptem” à sociedade, naturalizando a configuração social vigente.

Todavia, é no campo do debate sobre concepção e teoria curricular que a Proposta Curricular de Santa Catarina, no seu movimento de discussão e formulação, a nosso ver, mostra sua maior fragilidade. Na consulta à literatura que trata sobre essa temática foi possível constatar verdadeira “ausência” dessa pauta. A ausência não está somente nos textos de pesquisas que tratam sobre a Proposta, mas também nos cadernos onde estão publicados seus conteúdos. Na leitura dos referidos documentos foi possível constatar que a expressão “currículo” aparece frequentemente, contudo, somente no caderno de 2005 vê-se uma explicitação mais consistente sobre a concepção de currículo assumida na Proposta. Nele encontra-se:

Sustentada por essa matriz epistemológica no campo pedagógico, a Escola Pública de Santa Catarina vem buscando organizar sua ação educativa por intermédio de um currículo que deixa de ter função meramente técnica, para assumir as características de um artefato social e cultural; um currículo que está implicado em relações de poder, (...) que transmite visões sociais particulares e interessadas, (...) que produz identidades individuais e sociais particulares. (...) Que não é um elemento neutro transcendente e atemporal, (...) que tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação. (p. 11)

Ainda que a opção por uma concepção crítica de currículo esteja explicitada no caderno, não há discussão sobre ela, assim como não há registro de eventos que tenham colocado o tema da teoria curricular como pauta. Essa realidade é emblemática para mostrar a fragilidade desse debate do campo nas esferas da política curricular e da prática escolar.

Sem o propósito de concluir e correndo o risco da generalização, ousamos afirmar que o movimento histórico-político de constituição da Proposta Curricular de Santa Catarina expressou as marcas ideológicas de um período em que limitações, contradições, ousadia, conflitos e desejos estiveram profundamente imbricados.

Referências

AMORIM, Maria das Dores Daros de. Política educacional em Santa Catarina. Florianópolis: **Revista Perspectiva**, Núcleo de Publicações, CED.UFSC, n. 23, jan/jun, 1995.

AURAS, Marli (Org) et al. Política educacional em Santa Catarina. In: **Perspectiva Revista do Centro de Educação da UFSC**: ano 13, n.23, jan/jun 1995.

CAMPOS, Marcelo Soares de. **A ação política do magistério público estadual de Santa Catarina**. Florianópolis: 2004. (Dissertação de Mestrado)

COSTA, José Fernandes. **A década de 1980 e os embates curriculares**: a proposta para o ensino de história em Florianópolis. Florianópolis/SC, 2001. (Dissertação de Mestrado).

DAROS, Maria das Dores. **Em busca da participação**: a luta dos professores pela democratização da educação. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 1999.

DORE, Rosemary. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 329-352, set./dez. 2006.

MACEDO, Elisabeth e LOPES, Alice Casimiro (Orgs). **Currículo**: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio B. A crise da teoria curricular crítica. In: **O currículo nos limiares do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Currículos e programas no Brasil**. São Paulo: Papirus, 2000.

PAIM, Aida Rotava. **Uma história da Proposta Curricular de Santa Catarina 1988-1991**: políticas e textos. Campinas/SP: Faculdade de Educação, 2007 (Tese de Doutorado)

PEREIRA, Moacir. **Pedro Ivo, um coronel democrata**. Florianópolis: Insular, 2006.

PERES, Elisandra de Souza. **Limites e possibilidades da Proposta Curricular de Santa Catarina**: uma análise histórico-filosófica. Criciúma/SC: UNESC, 2008. (Dissertação de Mestrado).

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

_____. **Plano Estadual de Educação 1985-1988**; democratização da educação, a opção dos catarinenses. Florianópolis: IOESC, 1984.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular**: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: IOESC, 1991.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes 3**: organização da prática escolar na educação. Florianópolis: IOESC, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

SILVA MA. História do Currículo e currículo como construção histórico-cultural. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**; 2006; Uberlândia.

SILVA, Tomaz Tadeu da. MOREIRA Antônio Flavio Barbosa. **Currículo, Cultura e Sociedade**. São. Paulo: Cortez, 2 ed.1995.

_____. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOUZA, Ana Maria Borges. **Da escola às ruas, os movimentos dos trabalhadores em educação**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

Enviado em Novembro/2010

Aprovado em Agosto/2011